

TCE EM PAUTA

ANO XXIII | Nº 124
NOVEMBRO E DEZEMBRO/2019
NATAL/RN



Página 06 e 07

MUNICÍPIOS DO RN AVANÇAM NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E GESTÃO FISCAL

TCE/RN IRÁ SEDIAR O FÓRUM NACIONAL DE AUDITORIA EM 2020

Página 03

'CARTA DE FOZ DO IGUAÇU' REAFIRMA DEFESA DA DEMOCRACIA

Página 04

TCE FAZ LANÇAMENTO DAS OLIMPIADAS DOS TCs 2020

Página 09

MEDALHA DO MÉRITO DINARTE MARIZ É ENTREGUE A 11 PERSONALIDADES

Página 12

INTEGRAÇÃO

Integrando o Brasil para fazer bem. Foi o tema do 3º Fórum Nacional de Controle, promovido pelo Tribunal de Contas da União, com a parceria da Atricon, realizado nos dias 28 e 29 de novembro, no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília (DF). A solenidade de abertura contou com a participação de diversas autoridades da República: o presidente Jair Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão; o Procurador-Geral, Augusto Aras; e o Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário. Do TCU estavam presentes o presidente José Mucio Monteiro e o ministro Augusto Nardes, que coordena o evento. Além do presidente Fábio Nogueira (Atricon), o Sistema Tribunais de Contas estava representado pelo conselheiro Edilson Silva (CNPTC) e pelo ministro substituto Marcos Bemquerer (Audicon).

O evento foi aberto com uma palestra magna do ministro Augusto Nardes, abordando o tema 'Governança Pública para Transformar o Brasil: A Contribuição do Controle'. Na sequência, um Talk Show sobre 'Governança e Integração do Controle', que teve, entre os participantes, o presidente Fábio Nogueira que falou sobre o que se convencionou chamar "Sistema Tribunais de Contas", explicando que, embora o modelo constitucional-legal apresente os Tribunais de Contas como entidades autônomas e desvinculadas entre si, a Atricon trabalha na construção de um ideia integrativa. "Existe um forte sentimento de coesão. Os TCs atendem à proposição de uniformização dos procedimentos e se submetem ao Marco de Medição de Desempenho, numa demonstração de que o interesse precípua é compartilhado e tem como meta a produção de resultados efetivos. Ou seja, aqueles que melhor atendam aos interesses da cidadania", ressaltou.



O presidente Jair Bolsonaro participa da abertura do 3º Fórum Nacional de Controle, no auditório do Tribunal de Contas da União

VISITA TÉCNICA

A equipe da Comissão de Auditoria de Operações de Créditos Externos (COPCEX) recebeu a visita de assessores técnicos do TCE de Rondônia, que vieram conhecer a utilização do software AGATHA para a gestão de riscos. Os assessores Denilson Valadão e Edirlei Souza foram recebidos pelo coordenador da comissão, Márcio Roberto Loiola Machado e o auditor de controle externo, Eduardo Pereira de Lima, que apresentaram a metodologia e a implementação do sistema de avaliação e gestão de risco a partir do software AGATHA, que é público, desenvolvido com tecnologias abertas e disponibilizado livremente no Portal do Software Público Brasileiro.



REELEIÇÃO

Conselheiros dos 33 Tribunais de Contas estaduais brasileiros reelegeram em assembléia geral realizada durante o I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), o conselheiro Fábio Nogueira (TCE-PB) para mais um mandato frente a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o conselheiro Ivan Bonilha (TCE-PR) para a presidência do Instituto Rui Barbosa (IRB). Do Rio Grande do Norte o conselheiro Gilberto Jales integra a Atricon como um dos diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos.

HORÁRIO DAS SESSÕES A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos



1ª CÂMARA

quintas-feiras | 9h

2ª CÂMARA

terças-feiras | 9h

PLENO

terças e quintas | 10h30min

TCE SEDIARÁ FÓRUM NACIONAL DE AUDITORIA



Presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, no lançamento das Normas de Auditoria

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) vai sediar no próximo ano a edição Nordeste do Fórum Nacional de Auditoria, uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa – IRB para capacitar os servidores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil na utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) nos seus trabalhos de auditoria e fiscalização.

A programação de 2020 foi anunciada durante o I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado entre os dias 11 e 14 de novembro, na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Serão cinco edições durante o ano, uma para cada região do país. No Rio

Grande do Norte, a programação está prevista para o mês de setembro, com o tema Avaliação de Políticas Públicas (NBASP/ISSAI 300 e 3000 e NBASP/GUID 9020).

As NBASP estão alinhadas com as normas internacionais de auditoria, emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), com as adaptações necessárias para convergir com o marco normativo brasileiro. Normas profissionais são essenciais para a credibilidade, qualidade e o profissionalismo da auditoria do setor público, além de promover auditorias independentes e eficazes (NBASP 400/1).

SETOR PÚBLICO

IRB LANÇA PUBLICAÇÃO COM NOVAS REGRAS DE AUDITORIA

Durante o Congresso Internacional dos Tribunais de Contas foi lançada a publicação das Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP) Nível 3 – Requisitos Mandatórios para Auditorias do Setor Público, cuja elaboração contou com a participação do auditor de controle externo do TCE-RN, Cleyton Barbosa.

O lançamento aconteceu durante a realização do I Congresso Internacional de Tribunais de Contas, em Foz do Iguaçu. Participaram do lançamento os conselheiros Tarcísio Costa, Paulo Roberto Chaves Alves, Maria Adélia Sales e Gilberto Jales, além do presidente da Corte de Contas, conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior.

A Corte de Contas também apresentou a sua experiência na implementação das Normas de Auditoria do Setor Público durante a Reunião de Secretários de Controle Externo dos Tribunais de Contas. A apresentação foi realizada pelo auditor de controle externo, Cleyton Barbosa, e teve a presença do auditor Marcelo Santos de Araújo, que representou a secretária de Controle Externo do TCE, Anne Carvalho.

As Normas de Auditoria são instrumentos para promover a competência, a qualidade e a credibilidade da auditoria do setor público no Brasil e, por conseguinte, contribuir para o melhor desempenho institucional dos órgãos de controle externo. Elas adotam como base as normas profissionais da Organização

Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), utilizadas em escala global.

As recém-lançadas NBasp 3 consolidam o conjunto básico de normas do IRB. Elas tratam dos requisitos obrigatórios para auditorias do setor público, com o detalhamento das diretrizes que devem ser obedecidas quando da realização de auditorias operacional e de conformidade.

Enquanto isso, as NBasp de nível 1 definem os princípios básicos e os pré-requisitos para o adequado funcionamento dos tribunais de contas brasileiros. Já as NBasp 2 estabelecem os fundamentos de todos os trabalhos de auditoria do setor público - financeira, operacional e de conformidade.

CARTA DE FOZ DO IGUAÇU EXPRESSA DEFESA DA DEMOCRACIA



Representantes das entidades responsáveis pelo congresso dos TCs apresentam documento final do encontro

O Controle Externo Contemporâneo esteve sob discussão no I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, encerrado com a ‘Carta de Foz do Iguaçu’, onde o evento foi realizado. O documento é um compilado de todas as importantes discussões travadas nos quatro dias do evento, que reuniu um público formado, essencialmente, por membros, procuradores de contas e técnicos dos 33 Tribunais de Contas do Brasil, que somaram cerca de 750 participantes.

A Carta de Foz do Iguaçu, de acordo com o presidente da ATRICON, Fábio Nogueira, expressa o sentimento do Sistema TCs “pois reafirma a defesa do Estado Democrático de Direito, o respeito e o fortalecimento das instituições e o compromisso com o aprimoramento das ações de controle e dos Tribunais de Contas como órgãos indutores da boa governança dos recursos públicos”.

O documento é baseado em diretrizes, que reforçam as bases do aprimoramento. A primeira delas sugere um aproveitamento das “oportunidades trazidas pela revolução da informática”; a segunda, faz referência ao

fortalecimento do “diálogo interinstitucional”, que vem sendo implementado pelas entidades, com vistas à discussão de pautas republicanas.

A última diretriz indica que as ações de controle devem gerar impacto na sociedade. Nas considerações finais, a Carta de Foz do Iguaçu ressalta esse propósito: “as relevantes competências constitucionais dos Tribunais de Contas “devem ser exercidas tendo como propósito melhorar a vida das pessoas, especialmente das que mais precisam das políticas públicas”.

O presidente do IRB, Ivan Bonilha lembrou que, “em anos anteriores, as cartas de encerramento dos encontros dos Tribunais de Contas ficaram circunscritas aos aspectos técnicos e às competências ordinárias dos Tribunais. Mas o momento é outro! Então, entendemos a necessidade de expressar um posicionamento político-institucional claro, dentro dos contornos constitucionais”, salientou.

A redação final da Carta de Foz do Iguaçu é resultado de um trabalho que reuniu membros indicados pelas entidades envolvidas na realização do I CITC, reunidos em uma comissão composta pelos Conselheiros Valdecir Pascoal, Cezar Miola, Durval Ângelo, Ivens Linhares, Milene Cunha e Joaquim de Castro Neto.

O documento final é assinado pelos presidentes Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (Atricon); Ivan Lelis Bonilha (IRB); Thiers Vianna Montebello (Abracom); Marcos Bemquerer Costa (Audicon); Edilson de Sousa Silva (CNPTC)

O I CITC – O I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas resultou da junção dos dois maiores eventos do controle externo brasileiro: o XXX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do V Congresso Internacional de Políticas Públicas (IRB). O evento aconteceu entre os 11 e dia 14 de novembro, em Foz do Iguaçu (PR).



O analista de Controle Externo, André Gustavo, apresentou dois trabalhos tocando na Transparência Pública e Gestão Fiscal.

PRESENÇA DO TCE NO CITC

Servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) participaram, em Foz do Iguaçu, do I Congresso Internacional de Tribunais de Contas, com a apresentação de três artigos científicos.

O analista de controle externo, André Gustavo Almeida e Silva, participou do evento com dois trabalhos: “A Relação Entre Transparência Pública e Gestão Fiscal nos Municípios Brasileiros”, produzido em parceria com a professora da UFRN, Raquel Menezes Bezerra Sampaio, e “Proposta de Implantação de um Modelo de Processo de Gestão e Desenvolvimento de Software no TCE/RN”.

O consultor jurídico, Diego Diniz, apresentou o artigo “A Inaplicabilidade da Lei de Proteção de Dados no Âmbito dos Tribunais de Contas, Análise Constitucional, Ponderação de Princípios e Exceções À Regra”.

O I Congresso Internacional de Tribunais de Contas reuniu membros, procuradores e técnicos do Sistema Tribunais de Contas, além de instituições interessadas e envolvidas no Controle Externo da gestão pública, para discutir as Políticas Públicas e o Tribunal de Contas Contemporâneo.

O CITC foi organizado de forma inovadora e colaborativa, num processo de união entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon (XXX Congresso

dos Tribunais de Contas do Brasil), o Instituto Rui Barbosa (IRB) (V Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas); o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

O evento conjunto permitiu o compartilhamento das agendas e a otimização de recursos humanos e materiais, demonstrando, mais uma vez, que o sistema de contas está atento às novas técnicas administrativas, aos avanços tecnológicos e sensível às demandas da sociedade em relação ao trato do dinheiro público.



O consultor jurídico, Diego Diniz, fala sobre “proteção de dados” nos TCs

MARCO DE MEDIÇÃO E DESEMPENHO REVELA AVANÇOS DO SISTEMA TCs

Considerado um dos principais momentos do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, a apresentação dos resultados consolidados do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), relativos ao ciclo 2019, chamou a atenção dos presentes por, sobretudo, revelar através dos indicadores consolidados, a situação dos TCs no âmbito nacional. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da ATRICON, Fábio Nogueira, que apresentou a ferramenta, sua formatação e os resultados alcançados.

Para ele, um momento histórico do ciclo de 2019 foi a avaliação do TCU, que é um Tribunal de referência para os demais. Além disso, destacou a adesão integral dos TCs de todo o país, sendo que esta edição teve a maior representação do envolvimento e do desejo comum no aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. Os resultados foram apresentados pelo vice-presidente de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon e coordenador geral do MMD-TC, Conselheiro Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES). “Depois de um trabalho exaustivo, a apresentação de resultados, que revelam avanços substanciais, é gratificante”.

Carlos Ranna fez uma rápida incursão nos ciclos anteriores – 2013, 2015, 2017. O primeiro, de acordo com ele, foi uma avaliação feita na expectativa daquilo que a INTOSAI aprovaria posteriormente como diretrizes de auditoria. No segundo, os critérios de avaliação foram adequados aos preceitos da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que reúne 200 países membros. No terceiro, foram agregadas

novas Resoluções Diretrizes; foram reduzidas assimetrias em relação às avaliações anteriores e obteve-se um perfil mais realista de cada Tribunal.

No ciclo de 2019, surgiram dois desafios principais. O primeiro, de acordo com Carlos Ranna, foi expandir esse olhar interior, para verificar os serviços que os Tribunais de Contas prestam à sociedade. Foram formados grupos de trabalho, para estudar demandas sociais, que originariam novas Resoluções Diretrizes e que possibilitaram enxergar a atuação dos TCs com uma visão mais social. O segundo foi preparar o Marco de Medição de Desempenho para a certificação da metodologia.

Estrutura – A estrutura do Marco de Medição de Desempenho foi inspirada na Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework (SAI PMF), ferramenta de medição de desempenho desenvolvida pela International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI. São 6 domínios; 25 indicadores; 79 dimensões e 499 critérios – alguns desses se desdobram em subcritérios. O trabalho foi certificado pela Fundação Vanzolini, a entidade certificadora mais bem conceituada da América Latina.

A avaliação dos Tribunais de Contas contempla uma escala de pontuação que atinge até o nível 4. No ciclo de 2019 foram analisados mais de 20 mil documentos e 54 mil órgãos jurisdicionados dos TCs. As referências são as Resoluções, Diretrizes, o SAI PMF e as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Para Carlos Ranna, os objetivos da avaliação podem ser resumidos em alguns pontos principais: fortalecer o Sistema de Controle Externo, melhorar o desempenho sistêmico dos Tribunais de Contas, enfatizar os benefícios gerados pelos TCs, aprimorar a qualidade e a agilidade das auditorias e dos julgamentos, valorizar o controle social, oferecer serviços de excelência à população.

Os ciclos futuros já têm um trajeto delineado. Dentre os quais, Carlos Ranna destacou a necessidade de aprimoramento do Manual de Procedimentos; a eliminação de eventuais inconsistências, para garantir objetividade e facilitar a aplicação; estimular os Tribunais de Contas para a elaboração de um Plano de melhorias, com base no diagnóstico de 2019; e envolver as entidades IRB, Abracom, Audicon e CNPTC, estabelecendo foco em auditorias, especialmente sobre obras públicas.

Com o aperfeiçoamento da ferramenta, segundo Ranna, os Tribunais de Contas conseguem demonstrar para a sociedade os benefícios que o Controle Externo pode aferir. Outra previsão é ampliar as possibilidades de compartilhamento das boas práticas de controle, identificadas nos ciclos de aplicação do MMD-TC. No final, cada Tribunal de Contas recebeu um pen drive, contendo documentos como: termo de ratificação da adesão, portaria da comissão, cadastro da comissão, informações gerais do TC, seleção de amostras e check list da Garantia da Qualidade, planilha, boas práticas, declaração, recursos e relatório dos resultados alcançados.



Congresso divulga resultados do Marco da Medição do Desempenho

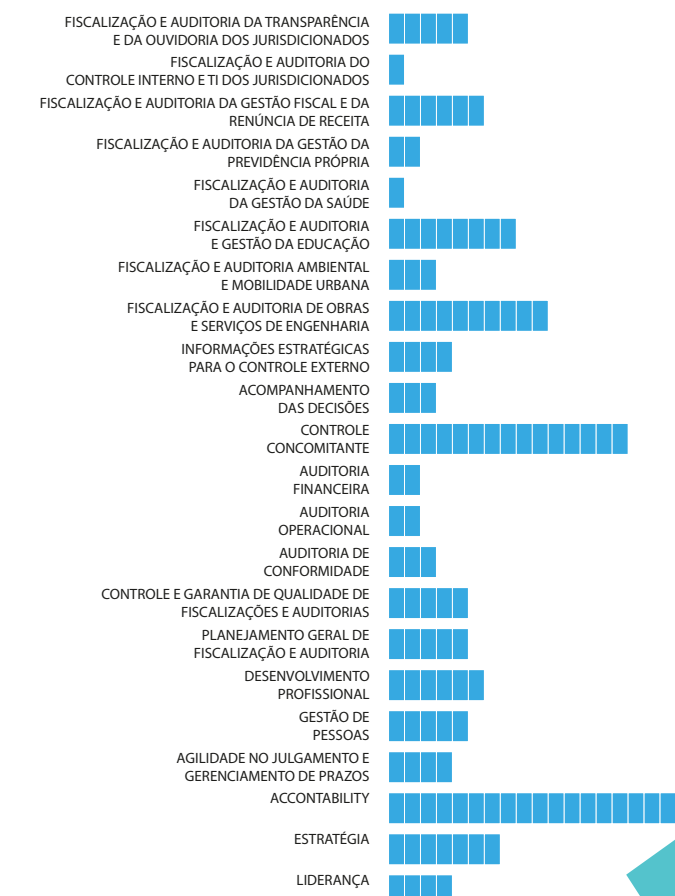
PERSPECTIVAS

- Fortalecer o sistema nacional de controle externo.
- Melhorar o desempenho sistêmico dos Tribunais.
- Enfatizar os benefícios gerados pelos Tribunais.
- Aprimorar a qualidade e a agilidade das auditorias e dos julgamentos.
- Valorizar o controle social.
- Oferecer serviços de excelência.
- Estabilizar o instrumento de avaliação, para garantir série histórica e facilitar a implementação de melhorias.
- Aprimorar manual de procedimentos.
- Eliminar eventuais inconsistências nos critérios – garantir objetividade e facilitar a aplicação.
- Aprimorar e ampliar capacitação sobre o instrumento.
- Estimular os TCs a implementarem plano de melhorias com base no diagnóstico 2019.
- Atuar conjuntamente – Atricon, IRB, CNPTC e TCs – com foco em auditorias, especialmente sobre políticas públicas.
- Capacitação, orientação e manualização.
- Auditorias coordenadas.

DESEMPENHO POR INDICADOR



BOAS PRÁTICAS - MMD TC 2019



IEGM APONTA LEVE MELHORIA NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E GESTÃO FISCAL

A caminhada ainda é longa, mas os registros apontam que houve uma ligeira melhoria dos indicadores nas áreas de Saúde (B), Gestão fiscal (B) e Educação (C+) na maioria dos municípios do Rio Grande do Norte. Já os dados computados nas áreas de Planejamento, Governança em Tecnologia da Informação, Cidades Protegidas e Meio Ambiente foram baixos, o que vai demandar um esforço do gestor para melhorar o cenário. Em suma, estes foram os resultados gerais do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, divulgados para os gestores públicos, nesta quarta-feira (04/12) pela manhã, em evento no auditório da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Os dados foram apresentados pelo diretor da Diretoria de Assuntos Municipais, Luís Eduardo F. Lira da Silva e o coordenador de Administração Municipal, Aleson Amaral, para uma plateia formada por prefeitos, secretários, presidentes de câmaras e interessados em geral em políticas públicas. Os resultados são divulgados de forma generalizada, mas cada prefeitura recebe um relatório com seus indicadores. Criada em 2016, a ferramenta do IEGM nasceu no Tribunal de Contas de São Paulo e foi ampliada para todo o País, através de uma ação do Instituto Rui Barbosa, tendo como objetivo avaliar a qualidade e a efetividade das políticas públicas.

Logo na abertura do evento, o presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar destacou a importância do IEGM para o jurisdicionado. “Vivemos tempos difíceis. As despesas complicam ao passo que as receitas não crescem com a mesma velocidade. Para se ter a racionalidade dos gastos é necessário planejamento e rigorosa gestão fiscal”, ensinou. O reitor em exercício da UFRN, Enio Ferreira de Miranda, ressaltou o trabalho realizado pela Escola de Contas do TCE, orientando o gestor público. “É muito oportuno este tipo de avaliação, sobretudo neste momento de dificuldades. Precisa otimizar os recursos existentes”, disse.

O conselheiro Gilberto Jales, corregedor do TCE, lembrou que a cada ano o trabalho torna-se mais concreto, seguro, com uma postura mais firme, consistente na apresentação dos trabalhos. E, o que é muito significativo, representa sobretudo um trabalho norteador de políticas públicas. A mesa dos trabalhos foi composta ainda pelo diretor da Escola de Contas, conselheiro Tarcísio Costa, e pelos representantes da Federação dos Municípios (FEMURN), Sérgio Fernandes e Federação das Câmaras Municipais (FECAM), Wagner Medeiros.

O processo de construção do Índice de Efetividade contou com a aplicação de questionários para a coleta de dados relativos ao exercício de 2018 e a posterior validação, que é a visita dos técnicos da Corte de Contas para averiguar in loco a legitimidade das informações enviadas. Este ano a adesão foi total dos 167 municípios, sendo que 98,55% das prefeituras responderam os questionários, resultado considerado muito positivo. “Apenas 17 prefeituras deixaram algumas respostas pendentes”, informou Eduardo. O evento foi encerrado com debate, coordenado pela secretária de controle externo do TCE, Anne Emília Costa Carvalho.

“Vivemos tempos difíceis. As despesas complicam ao passo que as receitas não crescem com a mesma velocidade. Para se ter a racionalidade dos gastos é necessário planejamento e rigorosa gestão fiscal”

(Francisco Potiguar)



TCE LANÇA OFICIALMENTE OTC DO SOL EM NATAL



Lançamento da OTC em Natal contou com a participação do presidente e diretores da ANOSTC

Atividade inédita em solo potiguar, as Olimpíadas dos Tribunais de Contas de 2020 serão realizadas em Natal, no período de 09 a 15 de novembro. O lançamento do evento, que pretende reunir em torno de 1.500 esportistas de todos os estados da federação e convidados de outros países latino-americanos, ocorreu em solenidade na terça-feira (3/12) pela manhã, com representante da ANOSTC – Associação Nacional Olímpica, Recreativa, Cultural e Social dos Tribunais de Contas, presidida pelo servidor Evandro Arruda, do TCE do Paraná.

“Aceitamos o desafio de sediar a OTC de 2020 em Natal. Esperamos que seja uma das maiores olimpíadas já realizadas no Brasil”, discursou o presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, entusiasmado, convocando os servidores para se integrarem e participarem deste momento que “estimula a prática esportiva, a competição saudável”. Ainda prestigiaram a solenidade os conselheiros substitutos Antônio Ed e Marco Montenegro.

A OTC agrega atletas das mais variadas faixas etárias em competições nas modalidades de atletismo, basquete, beach tênis, bocha, boliche, corrida (5km, 10km), dama, futebol society, futsal, futevôlei, jiu-jitsu, natação, pebolim, pesca, pôquer, Sinuca, Tênis de campo, tênis de mesa, tiro esportivo, truco, vôlei, tênis de mesa, tiro esportivo, truco e xadrez. “É um momento de encontro, de confraternização, de conhecimento interpessoal”, ressaltou o presidente da ANOSTC, Evandro Arruda.

“As Olimpíadas dos Tribunais de Contas nasceram de um sonho, e cada ano vem crescendo mais. Além das competições, tratamos o esporte como qualidade de vida, saúde. É um momento de união, de estar junto”, disse a vice-presidente da ANOSTC, Simone Barbosa, do TCU. Também integraram a comitiva os diretores da ANOSTC Renato Souza (TCE/AC), Marcelo Bianchini (TCE/MT) e Aldenor Santos (TCE/PR).



CAPACITAÇÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM CAICÓ

Em mais uma etapa, o projeto “Redesenhando a Gestão Pública - do Planejamento ao Controle”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado, por meio da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, contempla agora o município de Caicó. O programa tem como objetivo introduzir na administração pública a cultura do planejamento estratégico, o que está sendo um diferencial significativo na gestão pública.

“Está sendo muito positivo. O ambiente é de muito aprendizado. A gente está construindo as peças-chaves, as diretrizes para o futuro do município”, destacou o secretário de Infra-estrutura de Caicó, Misael Medeiros de Araújo.

A mesma opinião foi compartilhada pelo secretário da Agricultura do município, Júlio Cesar Fernandes de Azevedo. “Está sendo muito importante esta capacitação. Mostra que a gestão pública tem que funcionar de forma integrada. Tudo tem que ser pensado em conjunto”, relatou, lembrando que o planejamento vai muito além dos quatro anos de um mandato eletivo. “Tem que ir muito além deste período”, enfatizou.

Para selecionar os 12 municípios que fariam parte da primeira etapa, dentro do cronograma de 2019, a Escola de Contas promoveu quatro encontros regionais com palestras voltadas exclusivamente para a temática do planejamento estratégico.

A ideia partiu do diretor da Escola de Contas, conselheiro Tarcísio Costa, que percebeu que o baixo nível do planejamento estratégico dos municípios nos resultados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), ferramenta utilizada pelo TCE para sistematizar anualmente informações em sete áreas da gestão pública dos municípios, entre elas o planejamento.

A capacitação integra técnicas de construção dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), além da implantação dos controles internos e de ferramentas de educação continuada, de eficiência, de inovação, de participação e apresentação de práticas essenciais para o desenvolvimento institucional.

O programa foi apresentado para todos os municípios do Rio Grande do Norte em quatro encontros regionais. Além de Caicó, foram e estão sendo contemplados os municípios de Mossoró, Parnamirim, São José de Mipibu, Bom Jesus, Portalegre, Jardim do Seridó, Apodi, Martins, Pau dos Ferros, Cruzeta e Macaíba.

Secretários e diretores da prefeitura de Caicó participaram de mais uma etapa do projeto de redesenho da gestão pública





Curso foi realizado com servidores de três diretorias de controle externo

CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA FINANCEIRA

A Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira formou a primeira turma na área de Auditoria Financeira aplicada à atividade de análise das contas de gestão no âmbito do Tribunal de Contas. A capacitação foi realizada pela equipe da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Externo – COPCEX, os auditores Márcio Roberto Loliola Machado, José Luiz Moreira Rebouças e Hugo Barreto Veras. “A proposta foi discutir com os Auditores de Controle Externo eventuais dificuldades para implantação dos referidos conceitos, propondo, ao final, soluções que permitam a aderência aos padrões internacional da auditoria financeira nos trabalhos de fiscalização”, explicou Márcio Loliola, coordenador da COPCEX.

A capacitação foi dividida em dois módulos - um teórico e outro prático -, visa habilitar os Auditores de Controle Externo a implementar a auditoria financeira na metodologia de análise de Contas de Gestão, de acordo com o estabelecido nas Normas Internacionais de Auditoria (ISSAI), emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), e normas de auditoria financeira, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O módulo prático foi realizado por meio de oficinas voltadas para análise de Contas de Gestão abrangendo três diretorias de controle externo do Tribunal: Administração Direta (DAD), Administração Indireta (DAI) e Administração Municipal (DAM).

Além disso, a capacitação objetivou o atendimento do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas - MMD-QATC 2020, realizado pela ATRICON, em especial aos itens 12.2.1 a 12.4.4; 8 e 24 do Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC.

Durante o curso, foram apresentados como trabalho paradigma, os resultados das auditorias financeiras realizadas pela Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Externo – COPCEX, através da apresentação e discussão da metodologia para elaboração dos Relatórios de Auditoria Independente dos Projetos financiados com recursos externos oriundos do BID e do BIRD.

JURISDICIONADOS

FORMAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS

Promover o fortalecimento dos controles internos dos entes jurisdicionados e o sistema de controle do setor público no RN a partir da capacitação dos servidores para atividades de controle interno. Este é o objetivo da terceira etapa da Formação de Controladores Internos, realizada pela Escola de Contas, desta feita atendendo a 33 municípios do pólo de São Paulo do Potengi. O curso foi realizado na sede do TCE, em Natal.

As vagas foram destinadas exclusivamente a servidores públicos que exercem função de controle interno na administração pública, com vínculo aferido através das informações prestadas no anexo 40 do SIAI. A capacitação constou dos seguintes módulos: 1) controle interno (instrutor Ricardo Villaça); 2) auditoria governamental (Cleyton Barbosa); 3) gestão e avaliação de risco (instrutores Márcio Loyola e

Eduardo Pereira Lima); 4) auditoria do orçamento e finanças públicas (instrutora Marise Magaly); 5) Auditoria da Despesa Pública (instrutor Francisco Nascimento); e o painel de encerramento (instrutora Anne Carvalho).

A iniciativa faz parte das ações do Plano de Diretrizes Anuais do TCE para o



fortalecimento dos Controles Internos dos Jurisdicionados e aconteceu através de uma parceria entre a Escola de Contas e a Secretaria de Controle Externo - SECEX.

Integram o pólo os municípios de Barcelona, Lagoa D'anta, Pedro Avelino, Senador Elói De Souza, Bento Fernandes, Lagoa De Velhos, Poço Branco, Serra Caiada, Boa Saúde, Lagoa Salgada, Riachuelo, Serra De São Bento, Bom Jesus, Lajes, Rui Barbosa, Serrinha, Caiçara Do Rio Dos Ventos, Monte Das Gameleiras, Santa Maria, Sítio Novo, Ielmo Marinho, Nova Cruz, Santo Antônio, Tangará, Jandaira, Parazinho, São José De Campestre, Jardim De Angicos, Passa e Fica, São Paulo Do Potengi, João Câmara, Pedra Preta e São Pedro.

STF CONFIRMA DECISÃO DO TCE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, restabeleceu os efeitos de decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) que impede a indexação ao salário mínimo do vencimento básico de um grupo de servidores da administração pública estadual. O ministro acolheu o pedido formulado na Suspensão de Segurança (SS) 5248, ajuizada pelo TCE contra decisão do Tribunal de Justiça local (TJ-RN) que havia afastado os efeitos do acordão da corte de contas.

Em procedimento de controle externo (Proc. 1366/2018-TC), o TCE-RN verificou que o vencimento básico dos servidores ativos e inativos do Grupo de Nível Operacional havia sido reajustado e indexado ao salário mínimo vigente com efeito cascata sobre as vantagens pessoais que têm o vencimento básico como base de cálculo, em desrespeito às normas estaduais e à Constituição Federal. Ocorre que, em análise de mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público da Administração Direta do Rio Grande do Norte, o TJ-RN entendeu que o tribunal de contas, por não ser órgão jurisdicional, não poderia exercer controle de constitucionalidade e negar aplicação a uma norma estadual.

No Supremo, o TCE-RN afirma que a execução da decisão do TJ-RN representa risco

à ordem administrativa e à autonomia do estado, pois reduz a sua prerrogativa de exercer o controle externo dos recursos públicos, além de permitir a indexação indevida dos vencimentos ao salário mínimo. A continuidade do pagamento representaria dano anual superior a R\$ 8,4 milhões.

Segundo o ministro Dias Toffoli, embora não tenham competência jurisdicional, uma exceção autoriza que os tribunais de contas afastem a aplicação de ato normativo ou lei com fundamento em sua inconstitucionalidade: a existência de jurisprudência pacificada do Supremo acerca do tema. No caso dos autos, a jurisprudência consolidada é que a garantia ao salário mínimo se refere ao total da remuneração do servidor, “incorrendo em inconstitucionalidade material o dispositivo que vincula tal garantia ao vencimento básico”.

O presidente do STF destacou que este entendimento sobre o cálculo da remuneração para que não fique abaixo do salário mínimo consta da Súmula Vinculante (SV) 16, de observância obrigatória não apenas pelos demais órgãos do Poder Judiciário, mas também pela administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.

O ministro destacou, também, a possibilidade de grave repercussão sobre a economia pública caso a remuneração continue a

ser paga de forma indevida. Lembrou ainda que a execução da decisão do TJ-RN resultaria no pagamento de verbas de natureza alimentar por força de ordem judicial, o que afastaria a restituição aos cofres públicos.

Texto: STF



MEMÓRIA



CORAL DO TCE

A entrada do TCE foi tomada por vozes, sobretudo femininas, com o início da formação do Coral de Contas, que já começou fazendo apresentações no período de festividades natalinas, sob a coordenação do professor Fábio Cruz. O coral foi criado pela Associação dos Servidores, com apoio da presidência. O registro foi feito na edição de dezembro de 1988 do TCE em Pauta.



GALERIA DO EX-PRESIDENTES

A celebração de Natal e Ano Novo em 1996 foi antecipado no Tribunal de Contas. A comemoração aconteceu na quinta-feira, 14 de dezembro, no pátio do TCE. A gestão era do conselheiro Nélio Dias e a programação foi marcada pelo lançamento da Galeria dos Ex-Presidentes, com a aposição das fotos de Genivaldo Barros, Ulisses Bezerra Potiguar, Haroldo Bezerra e Alcimar Torquato. O secretário geral, Jalles Costa, fez um discurso enfocando o significado do Natal. “É um momento de reflexão, não de consumo”, enfatizou. A comemoração foi registrada na edição de dezembro de 1995/janeiro de 1996 do TCE em Pauta.



CENTENÁRIO DE CASCUDO

O centenário do mestre Câmara Cascudo foi comemorado em sessão especial, dia 9 de dezembro de 1998, gestão do conselheiro Antônio Câmara. A solenidade constou de palestra do auditor do TCE, Cláudio Emerenciano, com um discurso forte e emotivo de quem conviveu com o escritor e folclorista potiguar, cujos escritos ganharam o mundo. Na platéia, a filha do pesquisador, Ana Maria Cascudo, agradeceu a homenagem.



TRIBUNAL DE CONTAS ENTREGA MEDALHA DO MÉRITO DINARTE MARIZ A 11 PERSONALIDADES



TCE/RN presta homenagem a personalidades do Estado

O combate incessante à má utilização de recursos públicos e a busca do equilíbrio financeiro/orçamentário neste período de crise. Estes temas deram a tônica dos discursos proferidos pelo conselheiro Tarcísio Costa, representando o Tribunal de Contas do Estado, e pela governadora Fátima Bezerra, agradecendo em nome dos homenageados, durante a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, na manhã desta sexta (06), no plenário do TCE.

Durante a cerimônia, foram homenageadas 11 personalidades que prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações no campo cultural, político, administrativo e técnico-científico. Este ano, foram agraciadas a vereadora de Natal e educadora Eleika Bezerra; o deputado estadual Gustavo Carvalho; o procurador aposentado Jorge Ivan Cascudo Rodrigues; o agrônomo e ex-deputado João Batista Borges Montenegro; a Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer; o presidente do sistema Fecomércio, Marcelo Fernandes de Queiroz; a governadora do Estado, Fátima Bezerra; o bispo de Mossoró, Dom Mariano Manzana; a professora Selma Jerônimo; o economista Tasso Dantas e o auditor federal de finanças e controle da Controladoria Geral da União, Wagner Rosário.

No seu discurso, o conselheiro Tarcísio Costa enfatizou o trabalho que vem sendo executado pela Escola de Contas, órgão que dirige no âmbito do TCE, buscando capacitar os servidores públicos para o exercício das suas atividades funcionais, além de colaborar no redesenho da gestão pública, abrangendo desde o planejamento até o controle. “O Tribunal tem exercido o seu dever

de contribuir para o fortalecimento de uma cultura de: moralidade, legalidade, publicidade, impessoalidade e eficiência. Como também tem desempenhado o seu relevante papel pedagógico de orientação aos gestores. Muito mais que reprimir, o Tribunal deve centrar suas ações para capacitar os administradores públicos”, enfatizou.

A governadora Fátima Bezerra enalteceu a história de cada um dos homenageados e fez uma análise das ações necessárias na busca do equilíbrio num cenário de crise. Destacou que, como o TCE, busca com sua equipe a boa e correta aplicação do recurso público. “Somos servidores públicos. Temos como missão servir a sociedade, não nos servir dela”, disse, lembrando que quanto mais descontrolado, mais desorganização administrativa, mais portas para desvios se abrem. “Reconstruir o Rio Grande do Norte é uma tarefa de todos nós”, disse, finalizando.

Participaram da solenidade representantes de poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das forças armadas e da Arquidiocese e servidores do TCE. Instituída em 2003, a concessão anual da medalha do mérito transformou-se em um evento tradicional na cidade. A escolha de Dinarte Mariz para nomear a comenda deve-se ao fato de ele ter dedicado a maior parte de sua vida à atividade política, transformando os cargos públicos que exerceu em instrumentos de defesa dos interesses coletivos e de promoção do bem-estar do povo que representou, especialmente como Governador do Estado e como membro do Congresso Nacional.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Jaime Mariz de Faria Neto
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTOR JURÍDICO
Vinícius Araújo da Silva
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Carlos Eduardo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal
EDITOR:
Eugênio Parcella da Silva
REPORTAGEM:
Isaac Lira / Galdina Carvalho
PRODUÇÃO:
Fátima Moraes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Fernando Souza
FOTOGRAFIAS:
Galdina Carvalho, Maria Gabrielle,
Acervo do TCE/AM e Engenho de Fotos
ILUSTRAÇÕES:
br.freepik.com
IMPRESSÃO:
Tavares&Tavares Emp. Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360

84 3642 7278

tce.rn.gov.br

ascomtcern@gmail.com

tcedorn

tce_rn

tce_rn